

Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)

**ENTRE 2011 E 2015 (PSD/CDS) OS IMPOSTOS AUMENTARAM 4.474 MILHÕES € E A RIQUEZA CRIADA NO PAÍS (PIB) AUMENTOU 3.643 MILHÕES €, ENTRE 2015 E 2017 (PS) OS IMPOSTOS AUMENTARAM 3.304 MILHÕES € MAS O PIB CRESCER 13.240 MILHÕES €**

O INE publicou em 14 de Maio de 2018 dados sobre a evolução da “carga fiscal” em Portugal no período 2011/2017. E logo alguns órgãos de comunicação social, não esclarecendo que o conceito de “carga fiscal” do INE inclui os impostos e também as contribuições para a Segurança Social divulgaram, sem qualquer explicação, a notícia em grande “caixa” – “Carga fiscal cresce para 34,7% em 2017 e atinge recorde” – que foi a única lida ou ouvida pela maioria dos portugueses gerando naturalmente a ideia na opinião pública que os impostos em Portugal tinham atingido um nível inaceitável. Interessa por isso analisar esta questão de uma forma mais rigorosa e séria até para evitar/combater a manipulação da opinião pública.

**OS IMPOSTOS REPRESENTARAM 25,4% DO PIB EM 2017, QUE É UMA PERCENTAGEM IDÊNTICA À DE 2015 (25,4%) COMO REVELOU O INE**

Para fazer essa análise rigorosa, observem-se os dados do quadro 1 divulgados pelo INE.

**Quadro 1- Os impostos e das contribuições para a Segurança Social em Portugal- 2011/17**

ANOS	GOVERNO PSD/CDS										GOVERNO PS						
	2011		2012		2013		2014		2015		2011-2015		2016Po		2017Pe		2015-2017
	milhões de Euros	em % do PIB	milhões de Euros	em % do PIB	milhões de Euros	em % do PIB	milhões de Euros	em % do PIB	milhões de Euros	em % do PIB	Milhões de Euros	em % do PIB	milhões de Euros	em % do PIB	milhões de Euros	em % do PIB	Milhões de Euros
<b>CARGA FISCAL</b> (impostos + Contribuições Segurança Social)	56 953	32,3	53 516	31,8	58 015	34,1	59 289	34,3	61 938	34,4	<b>4 985,4</b>	63 668	34,3	67 012	34,7	<b>5 073,7</b>	
Incluindo contribuições sociais imputadas	62 483	35,5	58 037	34,5	63 326	37,2	64 170	37,1	66 539	37,0	<b>4 056,2</b>	68 347	36,8	71 764	37,2	<b>5 224,8</b>	
Impostos sobre a produção e a importação	24 579	14,0	23 495	14,0	23 464	13,8	24 709	14,3	26 227	14,6	<b>1 647,6</b>	27 657	14,9	29 345	15,2	<b>3 118,3</b>	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	14 265	8,1	13 995	8,3	13 710	8,1	14 682	8,5	15 368	8,5	<b>1 102,9</b>	15 770	8,5	16 779	8,7	<b>1 411,5</b>	
Outros	10 314	5,9	9 500	5,6	9 754	5,7	10 028	5,8	10 859	6,0	<b>544,7</b>	11 887	6,4	12 566	6,5	<b>1 706,8</b>	
Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc	16 703	9,5	15 141	9,0	19 411	11,4	19 003	11,0	19 529	10,9	<b>2 826,1</b>	19 081	10,3	19 715	10,2	<b>185,4</b>	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	<b>10 506</b>	<b>6,0</b>	<b>9 790</b>	<b>5,8</b>	<b>13 119</b>	<b>7,7</b>	<b>13 322</b>	<b>7,7</b>	<b>13 149</b>	<b>7,3</b>	<b>2 643,1</b>	<b>12 629</b>	<b>6,8</b>	<b>12 624</b>	<b>6,5</b>	<b>-524,4</b>	
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	5 273	3,0	4 362	2,6	5 327	3,1	4 718	2,7	5 405	3,0	<b>132,5</b>	5 399	2,9	5 952	3,1	<b>546,6</b>	
Outros	925	0,5	989	0,6	964	0,6	963	0,6	975	0,5	<b>50,6</b>	1 053	0,6	1 139	0,6	<b>163,3</b>	
Impostos de capital	0	0,0	258	0,2	2	0,0	0	0,0	0	0,0	<b>0,0</b>	0	0,0	0	0,0	<b>0,0</b>	
<b>TOTAL RECEITAS TRIBUTÁRIAS (apenas impostos)</b>	<b>41 282</b>	<b>23,4</b>	<b>38 895</b>	<b>23,1</b>	<b>42 876</b>	<b>25,2</b>	<b>43 713</b>	<b>25,3</b>	<b>45 756</b>	<b>25,4</b>	<b>4 473,7</b>	<b>46 738</b>	<b>25,2</b>	<b>49 060</b>	<b>25,4</b>	<b>3 303,7</b>	
Contribuições sociais efectivas (Segurança Social)	15 671	8,9	14 621	8,7	15 139	8,9	15 576	9,0	16 182	9,0	<b>511,7</b>	16 929	9,1	17 952	9,3	<b>1 770,0</b>	
Contribuições sociais imputadas (empresas não para Seg. Social)	5 530	3,1	4 521	2,7	5 310	3,1	4 881	2,8	4 601	2,6	<b>-929,3</b>	4 679	2,5	4 752	2,5	<b>151,1</b>	
<b>PIB (riqueza criada anualmente no país)</b>	<b>176 167</b>		<b>168 398</b>		<b>170 269</b>		<b>173 079</b>		<b>179 809</b>		<b>3 642,5</b>	<b>185 494</b>		<b>193 049</b>		<b>13 239,6</b>	

Fonte: INE, Contas Nacionais

Como revelam os dados do INE, entre 2011 e 2015, ou seja, com o governo PSD/CDS, as receitas que têm como origem os impostos aumentaram 4.473,7 milhões €, pois passaram de 41.282 milhões € para 45.756 milhões € (em percentagem do PIB aumentou de 23,4% para 25,4%), mas neste período a riqueza criada no país, ou seja, o PIB aumentou apenas 3.642,5 milhões €, pois passou de 176.167 milhões € para 179.809 milhões €; **portando, entre 2011 e 2015, o aumento dos impostos (+4473,7milhões€) foi superior ao aumento do PIB (+3642,5 milhões €).**

Entre 2015 e 2017, já com o governo PS, as receitas de impostos aumentaram em 3.303,7 milhões €, pois passaram de 45.756 milhões € para 49.060 milhões € (em 2015 correspondia a 25,4% do PIB e, em 2017, também a 25,4% do PIB), no entanto, neste período, a riqueza criada no país, ou seja, o PIB aumentou em 13.239,7 milhões €, pois passou de 179.809 milhões € para 193.049 milhões €. **Portanto, entre 2015 e 2017, o aumento da riqueza criada no país (13.239,6 milhões €) foi quatro vezes superior ao aumento da receita de impostos registado neste período (+3.303,7 milhões),** ou seja, verificou-se precisamente o contrário daquilo que se tinha verificado durante o governo PSD/CDS em que os impostos aumentaram muito mais do que a riqueza criada.

Finalmente, interessa referir que uma parcela importante do aumento da “carga fiscal” entre 2015 e 2017, referido pelos *media*, diz respeito ao aumento das **contribuições efetivas para a Segurança Social que cresceram, neste período, 1.770 milhões €, enquanto entre 2011 e 2015 o aumento tinha sido apenas de 511,7 milhões €, ou seja, menos de um terço do verificado entre 2015 e 2017. Este aumento das contribuições em 1.770 milhões € deve-se ao aumento do emprego e dos salários, o que é um indicador positivo.** É preciso ter presente que as contribuições para a Segurança Social têm uma natureza muito diferente da dos impostos. Nas contribuições existe uma relação sinalagmática, isto é, contribui-se para a Segurança Social e tem-se o direito a receber uma pensão ou outra eventualidade (ex. *subsídio de desemprego, subsídio de doença, etc.*). No caso dos impostos, a situação é diferente: tem-se de pagar o imposto utilize-se ou não o serviço prestado pelo Estado (ex.: SNS).

A “carga fiscal” assim devidamente contextualizada torna mais claro o que verdadeiramente sucedeu no período 2011/2015 com o governo PSD/CDS, e o que aconteceu entre 2015/2017

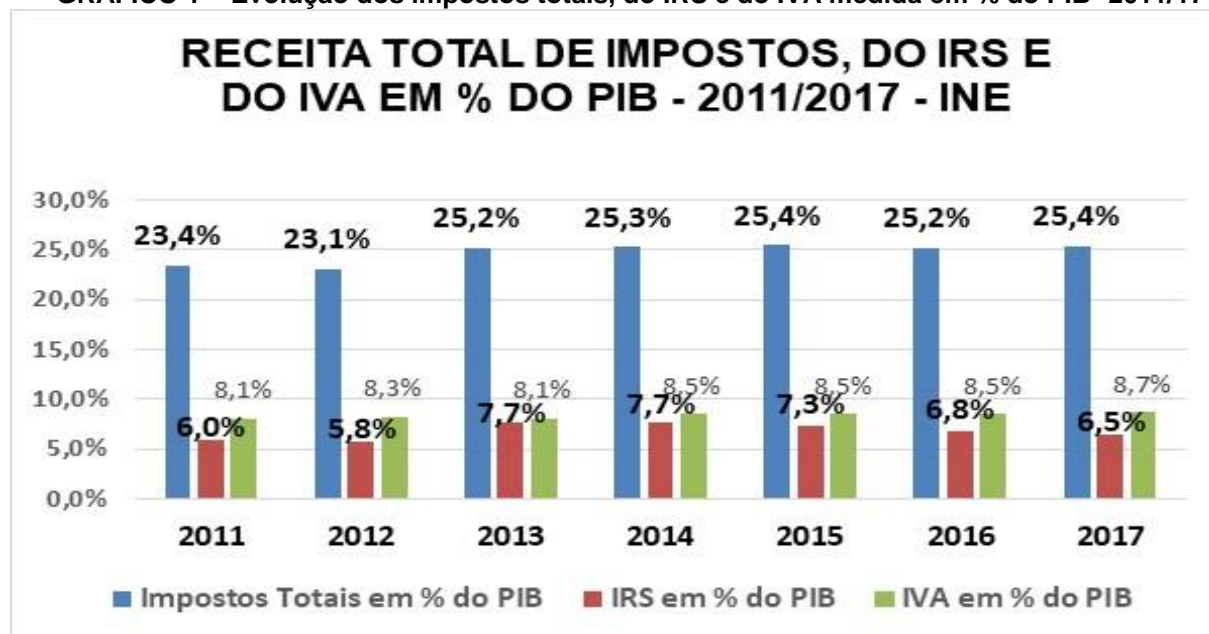
**Se quiser receber diretamente estes estudos envie uma mensagem para [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)**

com o governo PS, que é bem diferente da mensagem transmitida por muitos órgãos da comunicação social quando abordaram recentemente esta matéria não a fazendo acompanhar do esclarecimento necessário para evitar uma interpretação incorreta dos dados.

#### **AS RECEITAS TOTAIS DOS IMPOSTOS, DO IRS E DO IVA EM PERCENTAGEM DO PIB**

A agência LUSA divulgou uma notícia sobre esta matéria, que depois foi repetida por muitos órgãos de informação sem qualquer explicação, com o seguinte teor: "(Lusa) - "A carga fiscal aumentou em 2017 face ao ano anterior, representando 34,7% do PIB e atingindo o valor mais alto desde 1995, o início da série, confirmou hoje o Instituto Nacional de Estatística (INE)" – o que pode ter gerado confusão e mesmo interpretações incorretas por parte da opinião pública. Interessa por isso esclarecer, e para isso observe-se o gráfico 1 feito com os dados do INE

**GRÁFICO 1 – Evolução dos impostos totais, do IRS e do IVA medida em % do PIB- 2011/17**



**Entre 2011 e 2015, com o governo PSD/CDS, as receitas que têm como origem todos os impostos aumentaram de 23,4% do PIB para 25,4%, ou seja, subiram 1,8 pontos percentuais (p.p.) do PIB, enquanto, entre 2015 e 2017, as receitas que têm como origem todos os impostos representaram em 25,4% do PIB em 2015 e também 25,4% do PIB em 2017, portanto a percentagem manteve-se a mesma contrariamente ao que se disse.**

Se analisarmos **a evolução do peso do IRS**, um imposto em que mais de 90% dos rendimentos declarados são do Trabalho e pensões, constata-se que, **entre 2011 e 2015, as receitas que têm como origem este imposto aumentaram de 6% do PIB em 2011 para 7,3% do PIB em 2015 (+1,3 p.p.), e, entre 2015 e 2017, ou seja, com o governo PS, esta percentagem diminuiu de 7,3% em 2015 para 6,5% em 2017 (-0,8 p.p.), o que significou uma melhoria para os rendimentos principalmente do Trabalho e pensões.**

O IVA, um imposto injusto já que não atende ao rendimento auferido por cada português (*seja-se rico ou pobre, paga-se de imposto o mesmo valor em euros quando se adquire o mesmo bem ou serviço*), entre 2011 e 2015, ou seja com o PSD/CDS, a receita deste imposto aumentou de 8,1% do PIB para 8,5% do PIB (+0,4 p.p.), e, entre 2015 e 2017, ou seja, já com o PS, as receitas deste imposto aumentaram de 8,5% do PIB para 8,7% do PIB (+0,2 p.p.).

**Se analisarmos a evolução de todos os Impostos indiretos** (no quadro 1: "Impostos sobre a produção e a importação"), e não apenas do IVA, que são impostos injustos já que não têm em conta os rendimentos de cada contribuinte, **entre 2011 e 2015, o seu peso aumentou de 14% do PIB para 14,6% do PIB (+0,6 p.p.) e, entre 2015 e 2017, de 14,6% do PIB para 15,2% do PIB (+0,6 p.p.), como revela o quadro 1, portanto um agravamento da injustiça fiscal iniciada pelo governo PSD/CDS e continuada pelo governo PS que urge parar e inverter.**

Eugénio Rosa, [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) , 17-5-2018